

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009669-09.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
Requerente: **CARLINDA CERQUEIRA DANTAS**
Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que celebrou contrato de prestação de serviços com a ré, há aproximadamente seis anos, atinente a linha telefônica "móvel".

Alegou ainda que após ter mudado de endereço referida linha não mais funcionou na nova localidade.

Existem nos autos duas versões a respeito dos fatos aqui tratados.

De um lado, sustenta a autora que a linha telefônica em apreço é móvel e sua cobertura abrangeria prioritariamente a cidade de São Carlos/SP.

A ré, a seu turno, asseverou que o contrato com a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

autora se refere linha "claro fixo" que tem garantia de cobertura e normal funcionamento apenas no endereço de instalação.

Ressalvou ainda que se a autora solicitasse a transferência da linha para sua atual localidade certamente seria comunicada que no seu atual endereço não há sinal suficiente para possibilitar o normal funcionamento do "claro fixo"

Estabelecida a divergência a propósito a autora foi instada a trazer aos autos elementos mínimos que levassem a ideia de que a linha em questão ou o contrato firmando com a ré, lhe daria o direito de funcionamento dos serviços em qualquer localidade, mas a autora então permaneceu silente nesse sentido limitando-se a indicar testemunhas que podem atestar que não há a prestação de serviços na localidade indicada.

Todavia, a questão é que o fato do não funcionamento adequado da linha na localidade indicada é incontroverso. A questão crucial é saber se existe ou não previsão contratual para o normal funcionamento na localidade indicada.

A conjugação desses elementos conduz à improcedência da ação.

Com efeito, não foi produzida prova de natureza alguma que respaldasse o relato da autora, não se podendo olvidar que tocava a ela o ônus de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, na esteira do que prevê o art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil.

Todavia, como visto, ela não se desincumbiu desse ônus porque não apresentou sequer indícios que militassem em seu favor.

A explicação da ré a favorece com o argumento que teria responsabilidade em manter o pleno funcionamento da linha no endereço contratado. (fl.10), bem como de que não há viabilidade técnica para o funcionamento da linha no atual endereço da autora.

A pretensão deduzida nesse contexto não há de prosperar.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de novembro de 2015.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**